DOI: 10.33148/CES.V40I1.2433

FLORESTINHA DE CAMPOS DE SÃO JOSÉ: Ecomuseologia na revitalização da cidade e promoção de inovação social

Maria Siqueira Santos[1]
Fábio Martins Bueno[2]
Heliene Macedo de Araújo[3]
Marcelo Cunha[4]

RESUMO

Este trabalho apresentou a experiência da Florestinha, um pequeno trecho de Área de Preservação Permanente (APP) urbana na cidade de São José dos Campos (SP), cultivada, desde 2015, pela comunidade local com apoio e fomento do Ecomuseu dos Campos de São José, projeto idealizado e realizado pelo Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP) e financiado pela Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental. Transformada de um depósito de lixo em agrofloresta, a Florestinha produz alimentos enquanto recompõe a mata ciliar, promove a sustentabilidade, demonstrando como a ecomuseologia pode inovar socialmente ao integrar o patrimônio cultural e natural na vida comunitária, valorizando práticas culturais locais para promover um desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo.
PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; Ecomuseu; Florestas urbanas.

1 Orcid: https://orcid.org/0009-0008-4925-0269 - Filiação institucional: Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP) - E-mail: mariasiquantos@gmail.com
2 Orcid: https://orcid.org/0009-0009-1049-022X - Filiação institucional: Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP) - E-mail: fabiobueno@quarau.com.br
3 Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6161-8694 - Filiação institucional: Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP) - E-mail:hmaengflorestal@gmail.com
4 Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0995-4551 - Filiação institucional: Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP) - E-mail:naturamundi.marcelo@gmail.com

FLORESTINHA DE CAMPOS DE SÃO JOSÉ: The role of ecomuseology in urban revitalization and social innovation

ABSTRACT

This research describes the experience of Florestinha, a small urban Permanent Preservation Area (APP) in the city of São José dos Campos (SP), cultivated since 2015 by the local community with the support and funding of the Ecomuseum of Campos de São José. The project was conceived and implemented by the Center for Studies of Popular Culture (CECP) and financed by Petrobras through the Petrobras Socioenvironmental Program. Transformed from a garbage dump into an agroforest, Florestinha produces food while restoring the riparian forest, promoting sustainability, and demonstrating how ecomuseology can foster social innovation by integrating cultural and natural heritage into community life, valuing local cultural practices to promote sustainable and inclusive territorial development.

KEYWORDS: Heritage; Ecomuseum; Urban forests.

FLORESTINHA DE CAMPOS DE SÃO JOSÉ: Ecomuseología en la revitalización de la ciudad y promoción de la innovación social

RESUMEN

Este artículo presenta la experiencia de Florestinha, una pequeña sección de un Área de Preservación Permanente (APP) urbana en São José dos Campos, São Paulo, cultivada desde 2015 por la comunidad local con el apoyo y promoción del Ecomuseo de Campos de São José, un proyecto concebido e implementado por el Centro de Estudios de la Cultura Popular (CECP) y financiado por Petrobras a través del Programa Socioambiental de Petrobras. Transformada de un vertedero de basuras a un agrobosque, Florestinha produce alimentos a la vez que restaura bosques riparios, promueve la sostenibilidad y demuestra cómo la ecomuseología puede innovar socialmente al integrar el patrimonio cultural y natural en la vida comunitaria, valorando las prácticas culturales locales para promover un desarrollo territorial sostenible e inclusivo.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio; Ecomuseo; Bosques urbanos.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2024 foi mais um período de grandes tragédias ambientais no Brasil e no mundo. Os números são cada vez mais alarmantes e devastadores: enchentes no Rio Grande do Sul que desalojaram quase 500 mil pessoas, seca recorde na Amazônia, incêndios que destruíram mais de um milhão de hectares no Pantanal, queimadas no Cerrado, na Mata Atlântica e na Caatinga. As cidades continuam crescendo em extensão sobre a superfície da Terra, com ou sem planejamento, e continuam contribuindo para o aumento dos danos ambientais ou diminuindo as possibilidades de regeneração natural da Terra. Por outro lado, trazem consigo os sistemas de saneamento básico e tratamento de água, indicando que, se devidamente estruturadas, as cidades podem atuar tecnologicamente na recuperação dos recursos naturais.

Neste contexto contemporâneo de desafios ambientais e sociais complexos, as florestas urbanas emergem como espaços cruciais para a inovação e sustentabilidade. Este artigo destaca a Florestinha, um trecho de Área de Preservação Permanente (APP) às margens do córrego Alambari, localizado no município de São José dos Campos (SP), no bairro Campos de São José, que exemplifica uma iniciativa comunitária de floresta urbana que promove benefícios ambientais e sociais, ainda que em pequena escala. O desenvolvimento dessa área de reflorestamento em consórcio com o plantio agrícola é um caso interessante e paradigmático para caminhar ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente do ODS 11, cujo lema é "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (ONU, 2015).

A Florestinha é uma pequena área localizada às margens do Alambari, hoje um córrego, outrora um rio. Está em terreno pertencente ao Parque Municipal Alambari, compondo, portanto, uma microfloresta pública urbana em São José dos Campos, no estado de São Paulo. Essa iniciativa foi fomentada pelo Ecomuseu dos Campos de São José (Ecomuseu CSJ) desde 2015, assim como centenas de outras ações de educação patrimonial realizadas pelo Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP) por meio deste projeto. Por essa razão, este texto traz o histórico do projeto Ecomuseu CSJ, seus atores e parceiros, as motivações para sua criação, as dificuldades e soluções cocriadas.

Passadas as apresentações, o artigo discorre sobre a fundamentação conceitual de ecomuseu a partir dos textos de Odalice Priosti, referência no Brasil no que diz respeito à prática e ao pensamento ecomuseológico, e Hugues de Varine, conselheiro de Priosti e da museologia comunitária brasileira como um todo, discípulo de George Henri Rivière, a quem sucedeu na diretoria do International Council of Museums

(Icom), autor de importantes contrapontos à museologia dita tradicional e criador, em 1971, da palavra "ecomuseu". Entremeado às questões conceituais e ao papel do CECP no processo de implantação do Ecomuseu CSJ, apresentamos o contexto de ocupação e urbanização do bairro Campos de São José, território joseense onde se iniciaram os trabalhos ecomuseológicos de Angela Savastano e onde está localizada a Florestinha.

Em seguida, a partir de reflexões de Zygmunt Bauman acerca do tempo presente, o texto discorre sobre a comunidade ideal, uma visão imaginária da comunhão entre humanos, idílica e utópica, contrapondo-a à comunidade real, artificial, que jamais encontra a paz e que está em constante zona de conflito e disputas. Embora o Ecomuseu CSJ seja uma dessas comunidades artificiais em constante desequilíbrio, o objetivo de desenvolvimento local, fundamentado no fortalecimento dos patrimônios culturais e naturais de um território, dá longevidade à iniciativa, ainda que a necessidade de pactuação e repactuação seja uma constante. Para evidenciar esta construção, são apresentados trechos de atas de rodas de conversa que mostram a permanente negociação que se faz na comunidade artificial para dar continuidade ao objetivo do projeto sem que ele sucumba às diferenças individuais que compõem o grupo.

Como exemplo de ação que mostra a resiliência comunitária tecida pela ecomuseologia, trazemos o caso da Florestinha, área de restauração florestal iniciada em 2015 no bairro de Campos de São José, caso que revela a capacidade de colocar cidadãos e instituições em contato para o plantio de mudas de árvores nativas em uma área de preservação permanente pública urbana e a relação dessa prática com o desenvolvimento local. O artigo apresenta o surgimento, o desenvolvimento e os resultados parciais da Florestinha de 2015 a 2024, narrando o processo de construção do espaço, destacando a quantidade de mudas plantadas e previstas até 2028, a quantidade de CO2 equivalente estocada pelas árvores, os benefícios socioambientais promovidos pelas ações práticas de educação ambiental, e dando ênfase à compostagem comunitária.

Para finalizar esta introdução, o texto faz uma relação das ações realizadas a partir da perspectiva ecomuseológica com a teoria da complexidade de Edgar Morin, à luz das reflexões de Maria Cândida Moraes. A autora trabalha com a noção de ecologia de saberes, referindo-se à existência de conhecimentos plurais e enfatizando a necessidade de diálogo entre o saber científico e o saber popular para o desenvolvimento da humanidade e das diferentes dimensões da vida. O trabalho do Ecomuseu CSJ é um exemplo desse modo complexo de pensar a construção de soluções socioambientais a partir das vivências culturais.

2 O ECOMUSEU DOS CAMPOS DE SÃO JOSÉ

O Ecomuseu dos Campos de São José (Ecomuseu CSJ) é um projeto gestado pelo Centro de Estudos da Cultura Popular, o CECP, desde os primeiros anos do século XXI, quando Angela Savastano, então presidente da instituição, e outras pessoas ligadas ao Museu do Folclore de São José dos Campos estiveram presentes nas atividades realizadas pelo Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH) – Ecomuseu de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Savastano, que havia liderado a formação da Comissão Municipal Setorial de Folclore, a criação do Museu do Folclore e a institucionalização do CECP, conheceu e passou a participar, no ano 2000, deste grupo que despontava na zona oeste da capital fluminense, no bairro de Santa Cruz, e que realizava o II Encontro Internacional de Ecomuseus (II EIE).

Este movimento ecomuseológico, egresso do Movimento por uma Nova Museologia (Minom), anos mais tarde instituiria a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (Abremc), entidade não governamental sem fins lucrativos criada por museólogos e agentes de desenvolvimento para congregar as iniciativas populares de ecomuseus, museus comunitários ou qualquer outra forma de museologia ativa[5] realizada no território brasileiro, da qual Angela Savastano, Flávia Diamante e Nívea de Oliveira (todas atuantes no CECP) se tornariam sócias-fundadoras.

Durante mais de uma década, Savastano manteve o diálogo com a Abremc e procurou meios para implantar uma iniciativa ecomuseológica em São José dos Campos. Somente em março de 2015, um projeto de museologia ativa proposto pelo CECP foi selecionado no edital do Programa Petrobras Socioambiental[6] e a instituição pôde iniciar sua execução. O local escolhido para realizar o projeto foi o bairro Campos de São José, localizado na divisa entre as zonas leste e sudeste do município, atravessado pelos córregos Cajuru e Alambari, fazendo fronteira com a Petrobras[7] e com os oleodutos da Transpetro.

---

5 O termo "museologia ativa" foi usado na Declaração de Québec, em 1984, quando os museólogos e profissionais de museus reunidos no I Atelier Internacional do Minom reiteraram os princípios agenciados em 1972, durante a Mesa Redonda de Santiago, no Chile.

6 O Programa Petrobras Socioambiental, de acordo com o site da empresa, "[...] estrutura os investimentos socioambientais da companhia e tem por objetivo fomentar o desenvolvimento de novas parcerias, fortalecer vínculos e gerar benefícios mútuos, oportunizando o respeito aos direitos sociais, ambientais, territoriais e culturais das comunidades e populações locais, bem como gerar resultados positivos em temas socioambientais relevantes para o negócio e para a sociedade. Por meio de seleções públicas, oferecemos oportunidades para projetos socioambientais incentivados e não incentivados". Disponível em: https://petrobras.com.br/sustentabilidade/selecoes-publicas. Acesso em: 17 set. 2025.

7 Refinaria Henrique Lage - Revap.

Antes de 2015, muitas instituições já haviam executado projetos no bairro, e o CECP, por esse motivo, já havia apoiado parceiros em atividades ali, tanto realizando vivências quanto fomentando estudos de pós-graduação sobre o território. Antes ainda, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a pesquisadora Cáscia Frade, bem como membros da Comissão Municipal de Folclore, haviam realizado registros de manifestações da cultura popular na região, como o Moçambique, a Festa da Carpição e a Dança de São Gonçalo na região do Pernambucano, e a produção de farinha de mandioca na região do Cajuru[8]. Com o aporte financeiro disponibilizado pela Petrobras, o CECP pode, finalmente, realizar a sistematização do trabalho, com equipe refazendo a pesquisa de campo e a coleta de dados e, além disso, trabalhando na mobilização comunitária e no diálogo acerca dos patrimônios locais.

Desde 2015, a questão do nome foi debatida e levou-se algum tempo para que de fato a iniciativa fosse identificada como um "ecomuseu". Definir o nome significa também entender o conceito. Esse entendimento foi um grande foco dos primeiros anos de trabalho da equipe do CECP, mas é um debate que precisa ser feito constantemente, visto que as pessoas que se envolvem nas atividades do ecomuseu mudam e, por isso, faz-se necessário pactuar novamente acerca dos princípios e objetivos do projeto. Qual seria, portanto, o termo que melhor definiria a atividade do CECP no território de Campos de São José (e dos outros bairros que viriam a ser abrangidos pelo projeto nos anos posteriores)? Ecomuseu? Museu-território? Museu de vizinhança? Museu comunitário? Centro de referências culturais?

Em *Ecomuseu, memória e comunidades: museologia da libertação e piracema cultural no Ecomuseu de Santa Cruz*, Odalice Priosti, moradora da comunidade de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, museóloga e membro do NOPH, definiu o conceito de museu comunitário:

> [...] um museu concebido e criado por membros de uma comunidade de origem ou de destino, fundado em interesses coletivos, com o objetivo de preservar processualmente a sua cultura viva, construir memória e usá-la para desenvolver harmônica e sustentavelmente o seu espaço-vida.
>
> Emanado dessa comunidade, o museu se diz comunitário primeiramente pelos que o criaram e o desenvolvem num determinado espaço praticado de memória, ou seja, pelos atores

8 Os registros das pesquisas são mantidos e colocados à disposição de pesquisadores e público em geral pela Biblioteca Maria Amália Giffoni, em anexo ao Museu do Folclore de São José dos Campos, no Parque da Cidade Roberto Burle Marx.

> desse processo que se reconhecem autores e beneficiários de sua criação. Conscientes de uma realidade desfavorável, das mudanças em que desejam intervir e de sua capacidade de discernimento quanto às escolhas e tomadas de decisões para a ação, esses atores propõem a construção do museu através da participação aberta, livre e direta a qualquer membro da comunidade, em qualquer fase de sua implantação, desde a concepção à materialização do museu e sua gestão. Essas são as principais características que conferem a um museu o estatuto de "museu comunitário" (Priosti, 2013, p. 24-25).

Em São José dos Campos, a emergência de uma iniciativa de museologia ativa não teve como ponto de partida a tomada de consciência de uma comunidade autodeclarada que teria se organizado para ser reconhecida e ouvida através do estudo e da difusão de seu patrimônio histórico e cultural. Não foi um movimento endógeno, pois embora o CECP fosse uma organização da sociedade civil joseense, seus criadores não habitavam o bairro Campos de São José, não compartilhavam as memórias vividas ali, não eram daquela comunidade. Conforme relatou Priosti (2013, p. 22), em Campos de São José, não se instaurou uma crise de identidade cultural como a ocorrida em Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro, onde, devido ao encontro de moradores antigos, até então habitantes de uma área de vocação rural, com milhares de outras pessoas vindas removidas das áreas centrais do município ou para trabalhar no nascente Distrito Industrial de Santa Cruz, forçou uma urbanização desordenada e ambientalmente degradante.

> Santa Cruz viu mudar sua paisagem rural para industrial, seguindo-se um processo de favelização acelerado com o surgimento de muitos conjuntos habitacionais, de favelas propriamente ditas e construções irregulares, resultado de invasões ou ocupações clandestinas. Tudo isso somado aos problemas de especulação imobiliária, problemas de ordem ambiental como a degradação da Baía de Sepetiba, comprometendo a sua tradição de polo pesqueiro e turístico. (Priosti, 2015, p. 45).

Embora também houvesse uma transformação do rural para o urbano nas terras joseenses, diferenças na história de ocupação da terra faziam da área de loteamento do Campos de São José, em 1982, um vazio demográfico que não viu o encontro massivo de antigos e novos moradores. A área de urbanização do bairro, onde foram distribuídos os 815 lotes, feito o arruamento, as áreas de lazer, os espaços institucio-

nais, correspondia às antigas áreas de pastagem, de plantações de eucalipto, de café, da criação de aves ou das matas das fazendas dali.

Algumas famílias de administradores e criadores de animais, que viviam da economia rural daquela área, permaneceram no local, estabelecendo-se em pequenos sítios fora da área urbanizada, na entrada do loteamento, mantendo pequenos roçados e fazendo a criação de galinhas e de algumas cabeças de gado, mantendo a economia agrícola como fonte de renda da família ou grupos familiares. Outros compraram lotes e aceitaram como resultado do progresso a nova vida urbana, indo trabalhar nas indústrias da região, no comércio ou na prestação de serviços, ocupações mais promissoras no contexto do município.

Houve, entre novos e antigos moradores, uma percepção geral de ser a cidade sinal de desenvolvimento econômico, social e cultural. Em Campos de São José, porém, embora se transformasse em um bairro urbanizado, sua paisagem permaneceria rural por muitos anos ainda.

O Ecomuseu CSJ, portanto, não surgiu da iniciativa de um grupo de moradores unidos em prol do patrimônio comum, com o objetivo de compilar dados e fontes documentais sobre a história do seu bairro, identificar e salvaguardar os objetos e saberes locais e inaugurar um espaço-sede para fazer a guarda de todo o material coletado.

No município paulista, diferente de Santa Cruz, além da diferença sociohistórica, o fomento à criação do ecomuseu veio de fora da comunidade. Para Savastano, não havendo no horizonte joseense uma comunidade empoderada para fazer emergir um museu popular, o CECP, enquanto centro de pesquisa que é, após anos de estudos, intercâmbios e vivências, entendeu que estimular um grupo de pessoas, qualquer que fosse ele, para olhar para o seu patrimônio e utilizá-lo para o desenvolvimento do território era uma possibilidade válida para a criação de um ecomuseu. O CECP entendeu, a partir das experiências vividas desde 1986, que a identificação, valorização e registro do patrimônio de qualquer comunidade, em qualquer território, feito de maneira participativa e cocriada, estimulariam a emancipação sociocultural dos cidadãos envolvidos.

Haja vista se tratar de uma iniciativa exógena ao território, o CECP, em concordância com a comunidade participante na época, optou por nomear a iniciativa com o termo "ecomuseu" em detrimento de "museu comunitário". Posteriormente, a partir da leitura de textos e debates acerca dos conceitos relacionados à ecomuseologia, o projeto passou também a ser entendido como uma experiência de "museu-território". Isso porque, na acepção de Hugues de Varine, cuja vasta experiência sobre a temática faz dele referência mundial em museologias ativas, afirma:

> O museu-território é a expressão do território, qualquer que seja a entidade que toma a iniciativa e a autoridade que o controla: associação, mecenas, administração local, instituição científica, agência de desenvolvimento, programa de turismo cultural, etc. Seu objetivo é a valorização desse território e, sob esse ponto de vista, é realmente um instrumento do desenvolvimento em primeiro grau. O território escolhido pode ser grande ou pequeno, sua delimitação dependerá de critérios naturais (reserva natural, setor de litoral), econômicos (região mineira), históricos (região com forte identidade herdada do passado), sociológicos (um bairro periférico de cidade, uma aldeia com tradições artesanais ou comunitárias). (Varine, 2013, p. 185).

Desse modo, tomando a experiência de Varine como base, não há contrassenso e nem é raro que entidades da sociedade civil, como o CECP, fomentem iniciativas de museologia ativa, contudo, nem um ecomuseu nem um museu-território

> [...] pode realmente desempenhar seu papel no desenvolvimento sem levar em conta a comunidade ou as comunidades presentes e vivas nesse território. [...] Essa comunidade não é um objeto do museu, seus membros não são simples visitantes, um público como outro qualquer, do mesmo tipo, por exemplo, que os turistas ou os grupos escolares vindos de ônibus, eles são sujeitos do museu e são atores. Não basta, portanto, tratá-los como informantes, ou como espécimes etnográficos ou em amostras sociológicas, mas o museu deve integrá-los a todas as etapas de seu processo e de sua vida. É a esse preço que o museu preencherá sua função a serviço do desenvolvimento (Varine, 2013, p. 186-187).

O fato de não ter emanado espontaneamente da comunidade, portanto, não diminui a importância e capacidade do Ecomuseu CSJ de sensibilizar os moradores dos territórios abrangidos a se unirem em ações coletivas para identificação do patrimônio local e realização de atos benéficos para toda a comunidade. Contudo, quem seria essa comunidade? Ou seriam comunidades? Quais as histórias que caracterizariam essa população? Haveria de ter uma identidade cultural comum? Faz-se necessário, portanto, discorrer sobre com qual comunidade ou comunidades se cria um ecomuseu. Antes disso, com qual conceito de comunidade estamos atuando?

3 A COMUNIDADE ECOMUSEOLÓGICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Em *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, o já falecido filósofo polonês do tempo presente, Zygmunt Bauman, discutiu sobre o aspecto "tantalizante da comunidade", o que significaria dizer que a comunidade ideal, aquela capaz de unir e manter a harmonia entre as pessoas, não passaria de uma miragem (Bauman, 2003, p. 13-24). Na mitologia grega, Tântalo foi um homem híbrido, filho de Zeus e de uma humana, amigo dos deuses, um sujeito que conquistou a confiança dos divinos seres e se tornou um convidado no Olimpo; mais do que isto, foi tratado como um confidente dos segredos inacessíveis aos demais de sua espécie.

Tudo sairia bem se Tântalo, refém de sua vaidade, não tivesse traído a confiança de seus patronos ao contar para outros humanos sobre aquilo que somente a ele havia sido dado o direito de saber. Por cometer essa falta moral que produziu uma quebra num pacto feito com seres superiores, foi duramente castigado. Tântalo foi condenado a não conseguir saciar sua fome ou sede mesmo vivendo num território onde abundavam fontes de água límpida e árvores frutíferas. Ao tentar acessar o líquido sagrado, como num passe de mágica, a água desaparecia; ao levantar os braços para colher um fruto, como por encanto, o vento assoprava e levava embora o suculento alimento. Tântalo ficou possuído por uma necessidade insaciável.

Caracterizada por Ferdinand Tönnies, Göran Rosemberg e Robert Redfield, autores elencados por Bauman para discutir o assunto, a comunidade primitiva, natural ou aconchegante, ou seja, a comunidade ideal, simbolizaria a felicidade, a paz e a segurança, um lugar de serena tranquilidade, onde seus componentes viveriam em perfeita harmonia desde sempre e para sempre (Bauman, 2003, p. 15-17). Segundo Redfield (citado por Bauman, 2003), essa comunidade teria de ser "distinta", ou seja, destacada dos demais agrupamentos humanos devido à sua singularidade; "pequena", para que todos os seus membros pudessem se conhecer; e, por fim, "autossuficiente", para que houvesse o mínimo possível de contato entre os membros da comunidade e os de fora dela. Ao mesmo tempo, dever-se-ia evitar situações por demais reflexivas, críticas ou experimentais, pois elas poderiam desestabilizar a comunidade e instigar seus membros a tentarem ver as cores do lado de fora, criando um sentimento de que a liberdade seria incompatível com o conforto comunitário. Assim, embora garantindo o conforto, a segurança e a paz, a comunidade afastaria dos seres comunitários a liberdade da escolha individual.

Diversos fatores impedem a realização desse ideal, pois nenhuma comunidade contemporânea é suficientemente distinta, pequena ou autossuficiente para viver sua utopia, especialmente num mundo onde os meios de comunicação suplantaram os meios de transporte de maneira avassaladora, interconectando pessoas e realidades geograficamente distantes e completamente diferentes do ponto de vista histórico-cultural. Portanto, a condição paradisíaca da comunidade primitiva imaginada, esse lugar de entendimento compartilhado, de cuidado mútuo, de acordos tácitos e naturais, embora visualizada, desejada, programada a fim de alcançar uma existência humana harmoniosa, pacífica e segura para a coletividade, não existe, é inacessível aos grupos humanos, pois eles estão cheios de pessoas cujos desejos são díspares, cujo consenso é um exercício que precisa ser alimentado o tempo todo, cuja distinção, pequenez e autossuficiência são itens difíceis de se obter no tempo-espaço em que vivemos.

A comunidade é como a água que desaparece quando Tântalo a busca para matar sua sede. Para Bauman, esse aspecto de impossibilidade, de miragem, de algo que desaparece ao se tentar alcançar é o que caracteriza a comunidade "realmente existente". A comunidade como um paraíso perdido, esse lugar imaginado que já teria existido, onde todos colaboravam, cada um cumprindo seu papel e exercendo suas funções, esse lugar de saudade que é também imaginado no futuro, para onde gostaríamos de ir e onde encontraríamos paz e segurança, nunca existiu. Segundo Bauman, essa é a essência da utopia que sonha com uma comunidade ou com comunidades acolhedoras, produtivas e, no contexto atual, sustentáveis.

Na visão conceitual de Bauman, a comunidade fomentada pelo Ecomuseu CSJ, assim como qualquer outra comunidade, é tantalizante, uma miragem. Todavia, a comunidade fomentada pelo Ecomuseu CSJ existe em realidade, não de forma "natural", mas, "artificial", construída por meio de estratégias de sensibilização e mobilização comunitária, contando com a participação de agentes do desenvolvimento contratados para pesquisar, identificar e fomentar os patrimônios locais, realizar atividades com foco no protagonismo social e prestar contas para os financiadores dos projetos. Portanto, sobre essa comunidade, afirma Bauman:

> [...] só pode ser uma *realização*, alcançada (se for) ao fim de longa e tortuosa argumentação e persuasão, e em competição com um número indefinido de outras potencialidades - todas atraindo a atenção e cada uma delas prometendo uma variedade melhor (mais correta, mais eficaz ou mais agradável) de tarefas e soluções para os problemas da vida. E, se alcançado, o acordo comum nunca estará livre da memória dessas lutas passadas e das escolhas feitas no curso delas. Por mais firme que seja

> estabelecido, portanto, nenhum acordo parecerá tão "natural" e "evidente" como nas comunidades de Tönnies e Redfield, por mais que seus porta-vozes ou promotores façam por retratá-lo como tal. Nunca será imune à reflexão, contestação e discussão; quando muito atingirá o status de um "contrato preliminar", um acordo que precisa ser periodicamente renovado, sem que qualquer renovação garanta a renovação seguinte (Bauman, 2003, p. 19).

O trecho citado descreve de maneira fidedigna a comunidade ecomuseológica joseense, ou seja, o agrupamento de pessoas colocado em contato e alimentado pelo Ecomuseu CSJ. A "longa e tortuosa argumentação e persuasão" deu-se, por exemplo, desde os primeiros movimentos no território, quando foi iniciado o mapeamento sociocultural do bairro Campos de São José, primeiro local de atuação da equipe do CECP. E depois, a partir das rodas de conversa, momentos de partilha e troca de saberes, quando vínculos foram sendo criados e questões relacionadas ao patrimônio local foram sendo trazidas para que soluções coletivas fossem sugeridas e colocadas em prática com o objetivo de promover transformações positivas no território.

A comunidade fomentada pelo Ecomuseu CSJ é reflexiva, contestatória e dialética, seus pactos são construídos e combinados. As explicações, opiniões e decisões, devidamente registradas em atas, são tomadas durante as rodas de conversa semanais. A memória das lutas passadas, das conquistas e das derrotas alimentam e atemorizam os participantes antigos. Por conta disto, conforme previu Bauman, são necessários vigilância, reforço e defesa para que o grupo, ainda que com flutuações individuais, mantenha-se ativo ao longo do tempo. De fato, os acordos para continuidade dessa comunidade artificial são renovados constantemente e as contradições entre individualidades são constantes e necessitam de mediações.

> Mais do que com uma ilha de "entendimento natural", ou um "círculo aconchegante" onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade r*ealmente existente* se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranquilidade comunitárias terão que passar a maior parte de seu tempo (Bauman, 2003, p. 19).

Nessa neocomunidade envolvida pelo Ecomuseu CSJ, os vínculos são construídos e alimentados semanalmente. Sempre que novos participantes chegam às rodas de conversa ou sempre que se realizam rodas de conversa em um novo território, além da apresentação individual de cada um, é reforçado publicamente o objetivo principal do Ecomuseu, a saber, a identificação e fomento do patrimônio integral com vistas à promoção do desenvolvimento local. Os textos a seguir são trechos de atas de rodas de conversa ocorridas, respectivamente, em junho de 2015 e em junho de 2024, e evidenciam esta renovação do acordo firmado com o grupo desde o início (a ata de junho de 2015 é o registro da primeira roda de conversa do Ecomuseu, escrita por Nadir Aparecida dos Reis, moradora do bairro e voluntária na redação do documento; a ata de junho de 2024 foi escrita por Heliene Macedo, pesquisadora e membro da equipe do Ecomuseu)[9]:

> A Angela nos falou no reconhecimento e valorização de saberes. Ela disse que todos nós temos os nossos valores. Cada membro dessa comunidade tem a sua capacidade, uma diferente das outras. Que nós temos que ter ações para nos ocuparmos de nosso futuro, para o nosso desenvolvimento. (Roda de Conversa, 30 jun. 2015, p. 1).

> Maria finaliza citando Varine, autor de referência. O conteúdo diz respeito ao patrimônio material e imaterial como o húmus necessário para o desenvolvimento territorial, e só pode ser feito a partir desse patrimônio reconhecido nas comunidades e sai de dentro para fora, nunca de fora para dentro. É o nosso solo comum, o nosso saber fazer (3 jun. 2024, p. 8).

Outro ponto frequentemente apresentado nas rodas de conversa é que o Ecomuseu não coloca em pauta discussões com conteúdo político-partidários, religiosos ou futebolísticos. Sempre que algum participante traz para a roda uma pauta com algum desses vieses, o mediador da reunião alerta para o fato de que estes enfoques não são dados às ações do Ecomuseu. Esse princípio foi estabelecido exatamente porque, como evidencia a experiência do CECP nas últimas décadas, para se promover a união em torno de um objetivo comum, coletivo, que poderá beneficiar a qualquer pessoa do

9 As atas de rodas de conversa do Ecomuseu CSJ estão documentadas no Arquivo Digital do CECP/Ecomuseu CSJ, onde constam também fotografias, vídeos, planilhas, relatórios e outros documentos, como formulários, fichas de cadastro, autorizações de uso de imagem e voz etc. Atualmente os documentos não estão publicizados, mas podem ser consultados por pesquisadores interessados mediante pedido formal. Está sendo discutida a criação da política de acervo do Ecomuseu CSJ, necessidade apontada pelo Plano Museológico da instituição.

território, independente de raça, credo ou condição financeira, trazer para o fórum de debates as diferenças ideológicas, partidárias ou dogmáticas não agrega, pelo contrário, divide. Discute-se, por outro lado, políticas públicas, religiosidade enquanto expressão cultural e jogos enquanto atividades lúdicas, portanto, não em um sentido de verdade, ou seja, de filiação político-partidária, denominacional ou de time de futebol.

Esse princípio foi e é fundamental para a manutenção do foco do grupo ao longo desses anos. Nos últimos 10 anos, que é o período de existência da iniciativa relatada, o Brasil passou por momentos dramáticos de polarização política e religiosa e o Ecomuseu permaneceu congregando pessoas de condições financeiras diversas, cidadãos cujas opiniões políticas são divergentes, bem como fiéis de credos religiosos diferentes. E essas pessoas, discordantes em relação a esses assuntos polêmicos, uma vez que eles foram e são neutralizados, conseguiram realizar muitas atividades como reuniões, plantios, mutirões, feiras de artesanato e encontros musicais, sem que as incompatibilidades ideológicas individuais minassem a causa comum.

O texto a seguir é um trecho da ata da roda de conversa realizada no dia 5 de fevereiro de 2024, a primeira roda do referido ano e, também, primeira atividade com a comunidade na 4ª edição do Ecomuseu CSJ. Ele evidencia o estabelecimento desse princípio:

> Para encerrar, Maria lembrou que no Ecomuseu nós não discutimos sobre política, religião e futebol, e que é muito importante mantermos isso, conforme passado por D. Angela Savastano. (5 fev. 2024, p. 4).

Assim, embora se pareça com uma "fortaleza sitiada" em vigília constante, a comunidade fomentada pelo Ecomuseu não se ressente com o fato de passar grande parte do tempo nas "trincheiras e baluartes". É o desafio mesmo de manter a comunidade pulsando, alinhada, agindo coletivamente que faz com que as pessoas permaneçam empenhadas em participar de um grupo cujo objetivo é transformar o território, por meio do patrimônio, em um local melhor para todos. A fala de Savastano em uma roda de conversa em junho de 2024 traz uma profunda reflexão que demonstra o objetivo do Ecomuseu:

> Já imaginaram se todos pudessem valorizar o conhecimento do outro? Se não tivéssemos essa consciência de desenvolver essa sabedoria, não existiria sentido. Isso é um patrimônio imaterial, esse saber, essas experiências, essa capacidade humana é extremamente rica. O Ecomuseu trabalha essa consciência de

> nos movimentarmos em grupo, de aprendermos em grupo para sobrevivermos neste planeta. (10 jun. 2024, p. 5-6).

Das comunidades contemporâneas descritas por Bauman, apenas uma se parece com a comunidade fomentada pelo Ecomuseu CSJ. Não se trata da comunidade dos bem-sucedidos, "os patrícios de hoje", cosmopolitas limitados e isolados, nem de uma comunidade cercada, formada por pessoas que vivem em condomínios fechados, compartilhando do mesmo território, mas que não se conhecem para além do grupo utilitário de *whatsapp* (Bauman, 2003, p. 50-55). Não é uma comunidade de militância política nem cultural, não é uma comunidade estética nem uma comunidade étnica, não é semelhante a um sindicato nem a uma cooperativa. Trata-se, porém, de uma "comunidade ética". Ainda que utópica na visão de Bauman, essa comunidade ética é construída com compromissos de longo prazo, com direitos inalienáveis e obrigações planejadas e projetadas para o futuro (Bauman, 2003, p. 68). Nesses tempos de desengajamento, de fato é difícil imaginar o sucesso de uma comunidade ética. Bauman parece não ter conhecido as experiências ocorridas mundo afora de museologia ativa. Talvez se tivesse tido conhecimento de algumas dessas experiências as teria citado em seu livro, pois as iniciativas de museologia comunitária ou ecomuseologia vêm mostrando que não há simplesmente o desaparecimento de "grupos de referência". Embora de fato passemos por um processo de *individualização*, há um processo de construção de referentes. Neste contexto contemporâneo, as pactuações não são de caráter "natural", "tácito". É necessário um contínuo acordo para que os grupos se mantenham:

> [...] Se as relações (inclusive a união comunitária) não têm garantia de durabilidade que não seja a decisão individual de "fazê-las durar", a decisão tem que ser repetida diariamente, e manifestada com tal zelo e dedicação que a faça valer de verdade. As relações escolhidas não durarão a menos que a vontade de mantê-las seja protegida contra o perigo da dissipação. (Bauman, 2003, p. 91).

Esse lugar que faz durar a união comunitária é, no Ecomuseu CSJ, a roda de conversa. Cada pessoa que se coloca no compromisso de participar semanalmente desse encontro perpetua no tempo e no espaço a existência do grupo e suas ações voltadas para o bem comum. Cada pessoa que se coloca no compromisso de discutir e cocriar agroflorestas, hortas comunitárias, espaços de convivência, manejo de composteiras, entre tantas outras atividades, alimenta as raízes do futuro e coloca o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.

> [...] Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos. (Bauman, 2003, p. 134).

4 O SURGIMENTO E A MANUTENÇÃO DE UMA FLORESTA URBANA COMUNITÁRIA

Era o ano de 2015 e o Ecomuseu CSJ iniciava sua trajetória no município de São José dos Campos. Nas rodas de conversa semanais promovidas pelo projeto, a proposta era a de que todos os participantes, ou aqueles que assim desejassem, levassem um objeto que simbolizasse um saber-fazer, uma história de família, uma narrativa de memória. O objetivo dessa dinâmica era promover uma conversa sobre herança cultural e, considerando isso, ver as possibilidades de atuação no território a partir desses saberes adquiridos ao longo da trajetória vivida por cada um, independentemente da idade, composição étnica, formação escolar ou condição econômica. Então, as pessoas levavam seus bordados, crochês, poesias, bolos, cafés e quadros. Na ata da segunda roda de conversa, que foi registrada como a primeira assembleia do Ecomuseu, escrita por Nadir, lê-se:

> A Josefa trouxe o seu fuxico. A Nadir levou a colcha de crochê que a mamãe fez. A Julita levou o seu livro de poesias e história que ela compôs. Ela leu uma poesia para nós, uma poesia muito linda. A filha da Julita, a Loli, falou do livro de sua mãe, que foi muito bem divulgado. Mesmo com os erros de português. O senhor João falou da sua rapadura e melado que ele faz. O senhor Vicente falou do seu projeto de plantar árvores nos lugares que estão faltando. E pode ser plantadas. O senhor Élio falou dos cuidados do meio ambiente[10]. (7 jul. 2015, p. 1-2).

Esse trecho, além de mostrar a riqueza cultural presente num pequeno grupo de participantes da roda de conversa, indica a alegria das pessoas em compartilhar com os demais suas histórias, suas conquistas, suas habilidades. Estávamos na segunda roda de conversa do Ecomuseu, reunindo pessoas de um mesmo bairro que não se conheciam antes da mobilização realizada nos três meses anteriores pela equipe do

10 Texto transcrito conforme o original.

CECP. Ainda que algumas pessoas já se conhecessem ou fossem amigas de longa data, a grande maioria tratava-se com um rápido "bom dia" na UBS, um cumprimento no mercadinho ou no ônibus. Naquela ocasião, porém, a apresentação dos saberes e fazeres era um disparador, uma estratégia de aproximação das pessoas por meio das narrativas de seus saberes, de sua cultura. Uma maneira de promover o conhecimento mútuo sobre as habilidades de cada participante.

Pode-se verificar também, a partir do registro das falas de Vicente Carlos Corrá e Élio Gomes dos Santos, a preocupação com a questão ambiental. Duas semanas depois dessa roda, em 21 de julho de 2015, a ata, redigida por Renata Sparapan, pesquisadora contratada pelo CECP, registrou que Vicente levou sementes de palmito juçara para simbolizar o seu saber e o seu desejo de plantar em vários lugares do bairro. Compartilhou que, a partir da provocação feita por Angela Savastano nas reuniões anteriores sobre pensar nos próprios saberes, ele pensou em fazer mudas de árvores, pois essa era sua sabedoria.

> Ele [Vicente] e seu Élio gostariam de cuidar da beira do córrego do bairro. A prefeitura plantou de 300 a 400 mudas no manancial, porém, o gado e as formigas comeram boa parte. A ideia deles é fazer a manutenção desse plantio e pediram para pensarmos em algo nesse sentido. Combinamos de ligar na Semea [Secretaria do Meio Ambiente][11] e marcar uma reunião para discutirmos a situação. (21 jul. 2015, p. 2).

Muitas outras temáticas foram sendo discutidas e construídas durante as rodas de conversa, alinhamentos sobre as Feiras de Saberes e Fazeres, articulação de parcerias, produção de atividades e oficinas. O presente artigo, contudo, tem como foco a construção e manutenção da Florestinha, uma Área de Preservação Permanente do córrego Alambari, localizada no bairro de Campos de São José, à rua José Gonçalves de Oliveira, cultivada em forma de agrofloresta urbana, contando com a participação

11 Desde 2017, a Secretaria de Meio Ambiente do município de São José dos Campos foi incorporada pela Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade (Seurbs), tornando-se uma diretoria nesta pasta, a Diretoria de Gestão Ambiental.

propositiva da comunidade local em todas as suas etapas, e articulação institucional, apoio financeiro e técnico do CECP/Ecomuseu CSJ[12].

Na semana seguinte, 28 de julho de 2015, os moradores presentes na roda de conversa receberam a visita de Elisa Farinha, então servidora da Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PSJC), funcionária pública alocada na Divisão de Educação Ambiental da Semea. Ela foi ouvir a proposta dos participantes do Ecomuseu para recuperação da mata ciliar do córrego Alambari, bem como o cultivo de hortas comunitárias em consórcio com as árvores. Esse encontro deu início à parceria que seria estabelecida entre a PSJC e o Ecomuseu CSJ, e que permanece até os dias de hoje (dezembro/2024).

O local para o plantio era um grande pedaço de mato, coberto de braquiária, com restos de construção civil, pedaços de móveis e cadáveres de animais. Era, porém, o local de um sonho: produzir alimentos. Conversando com Elisa Farinha, descobriu-se que o terreno almejado por Vicente Corrá e Élio dos Santos para o plantio de hortas era uma Área de Preservação Permanente (APP) degradada, pertencente ao Parque Alambari, parque municipal proposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de 2006 e implantado em 2008. Embora a proposta de cultivo de alimentos e plantio de árvores tenha brotado dos conhecimentos agrícolas de dois moradores, é importante destacar que, desde o início das tratativas, outros habitantes do Campos de São José mobilizaram-se para atuar coletivamente na ação, cada um somando a partir do seu saber-fazer. Importante destacar também que a experiência de Savastano e a rede de parceiros do CECP foram fundamentais para a articulação dos atores institucionais. Paralelamente, a equipe do Ecomuseu manteve as visitas ao território e o diálogo constante com a comunidade local para sensibilizar e mobilizar a população envolvida, muitas vezes assolada pela dúvida sobre se de fato seria possível plantar naquela terra.

Depois de visitas *in locu*, envio de ofícios, reuniões na sede da secretaria, os plantios foram iniciados em novembro de 2015. Como o projeto executado pelo CECP não previa este tipo de ação de agricultura urbana, as ações foram realizadas com recursos doados pelos moradores, familiares e pela PSJC, que forneceu, entre 2015 e 2020, por exemplo, as primeiras 440 mudas plantadas na área, e, depois de 2020, passou a fornecer água em dois pontos estratégicos do bairro (rua José Gonçalves de Oliveira e rua

12 Em agosto de 2018, em registro feito em ata por Raquel Henrique, na ocasião pesquisadora contratada pelo CECP para atuar junto ao Ecomuseu CSJ, lê-se a visão do morador participante, Sérgio Sena, sobre as rodas de conversa e a importância delas, por exemplo, para o surgimento da "Florestinha", na época chamada "Fazendinha": "Sena faz uma reflexão sobre a importância das rodas e das interações que nelas acontecem. Ele reflete que o tempo não para e que neste tempo todos estamos aprendendo e ensinando. Fala sobre a experiência da vida das pessoas que se envolvem. Ele usa o exemplo de quando o espaço da 'Fazendinha' era um sonho e como hoje é realidade" (Ata da Roda de Conversa, 16 ago. 2018, p. 3).

Isabel Nunes dos Santos Guimarães) para irrigação dos plantios. Também por meio da Secretaria de Manutenção da Cidade (SMC), a prefeitura tem apoiado a comunidade envolvida pelo Ecomuseu, realizando limpezas estratégicas nas áreas públicas a fim de serem implementados os cultivos. Entre 2021 e 2023, o Ecomuseu CSJ, então na 3ª edição do projeto financiado pela Petrobras, ampliou seu escopo de plantio. Desta vez, porém, o CECP previu a compra de 800 mudas de árvores nativas da Mata Atlântica e do Cerrado, visto tratar-se de uma região de transição de biomas, e também a contratação de uma empresa de gestão ambiental para fazer os plantios e a manutenção das áreas de restauração florestal.

Ainda que aumentando a escala (foram plantadas mais 1.380 árvores na Florestinha entre 2021 e 2024 e estão previstas mais cerca de 10 mil árvores na região até 2028) e distanciando geograficamente o plantio de árvores da área habitada pela comunidade, a gestão da Florestinha continua sendo compartilhada entre os moradores envolvidos e a equipe técnica do CECP. As tomadas de decisão seguem sendo feitas em rodas de conversa e em reuniões do grupo de trabalho que se manteve após o falecimento de Vicente Corrá e o afastamento de Élio dos Santos. O referido grupo de trabalho conta com a participação dos moradores Sérgio Sena, Eliana Sena e Josefa Vieira, além de técnicos do CECP. Essa gestão compartilhada não é linear e nem progressiva, nem tampouco sempre pacífica, mas é o fórum decisivo para as deliberações que envolvem a Florestinha, como o agendamento de plantios e mutirões, definições dos locais para serem feitos os cercamentos, gestão do Viveiro Vicente Carlos Corrá (unidade CSJ), questões de relacionamento comunitário, manutenção da área, manejo das composteiras. Neste processo, os moradores e equipe têm autonomia e responsabilidade para realizar plantios, cuidados com o espaço, criação de tecnologias sociais, monitoramento de incêndios, organização de encontros comunitários, controle do uso da água e pesagem dos resíduos compostados.

Se, todavia, nos aprofundarmos na análise das atas das rodas de conversa, encontraremos discussões acaloradas relacionadas à gestão da Florestinha em temas como: a questão da água, a divisão do espaço, os tipos de plantios, as maneiras de cuidar, os furtos das produções, o relacionamento com a prefeitura, os conflitos entre vizinhos e o manejo das composteiras. De fato, todos os momentos de decisão são polêmicos e demandam mediações para que o grupo não sucumba às diferenças individuais.

Figuras 1 e 2 – Registros de rodas de conversa. A fotografia da esquerda retrata um encontro ocorrido em 2015, a da direita, uma roda de conversa de 2024.





5 A ECOMUSEOLOGIA NA REVITALIZAÇÃO DA CIDADE E PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL - OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA FLORESTINHA

O Ecomuseu fomentado pelo CECP em São José dos Campos foi concebido por Angela Savastano com base em suas experiências na coordenação do Museu do Folclore e na pesquisa sobre a cultura popular realizada no Vale do Paraíba desde a década de 1980. Soma-se a isso o conhecimento adquirido com Hugues de Varine e

Odalice Priosti, com quem Savastano trocou ideias e informações sobre museologias ativas nos eventos que participou, em 2000, 2004, 2009, 2011 e 2012[13].

Tomando, portanto, as obras de Julieta de Andrade, Rossini Tavares de Lima, Hugues de Varine e Odalice Priosti como referenciais teóricos, o CECP identificou patrimônios imateriais, os saberes agrícolas, a inventividade técnica, as práticas relacionadas à construção civil, articulou com a prefeitura e mobilizou a comunidade para a recuperação e conservação de patrimônios naturais, como a APP do córrego Alambari e o próprio corpo d'água, e garantiu a manutenção das árvores nativas plantadas. Restabeleceu-se, assim, um patrimônio material que beneficia atores humanos e não humanos: o dossel de árvores da Mata Atlântica e do Cerrado que hoje compõe a paisagem local e cumpre sua função de estocar carbono no solo e dar moradia aos animais silvestres que por ali começam a perambular novamente. Destaca-se a presença do Callithrix aurita, também conhecido como sagui-da-serra-escuro ou sagui-caveirinha, animal endêmico da Mata Atlântica do sudeste brasileiro em grande risco de extinção e que habita as árvores nativas e reflorestadas do bairro de Campos de São José.

São diversos os resultados positivos decorrentes do cultivo da Florestinha e eles impactam positivamente diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para que se alcance as metas socioambientais pactuadas em 2015 pelos países signatários do Pacto Global, entre eles, o Brasil. Além do desenvolvimento local, o caso da Florestinha pode servir como modelo para a implementação de novas agroflorestas urbanas comunitárias em São José dos Campos ou em outras cidades. Os resultados obtidos com o desenvolvimento desta área verde refletem os seguintes objetivos: ODS 11 ("Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, segu-

13 Angela Savastano e pesquisadores do CECP, assim como Hugues de Varine, estiveram presentes nos encontros mencionados a seguir. Em 2000: II Encontro Internacional de Ecomuseus (II EIE) - "Comunidade, patrimônio e desenvolvimento sustentável"; IX Icofom LAM - "Museologia e Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe", realizado em Santa Cruz (RJ) pelo Minom, na época presidido por Varine e tendo Odalice Priosti como vice-presidente; Icofom LAM, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro; 2004: III Encontro Internacional de Ecomuseu e Museus Comunitários (III EIEMC) - "Comunidade, Patrimônio Compartilhado e Educação"; X Atelier Internacional do Minom - "Cultura e Democracia Participativa", realizado em Santa Cruz (RJ) pelo Minom, NOPH/Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro e Unirio. Nesta ocasião, em 15 de setembro, foi aprovada a criação da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (Abremc); 2009: I Jornada de Formação em Museologia Comunitária, realizada em Santa Cruz (RJ) pela Abremc; 2011: II Jornada de Formação em Museologia Comunitária, realizada em Santa Maria (RS) pela Abremc. E 2012: IV Encontro Internacional de Ecomuseu e Museus Comunitários (IV EIEMC) - "Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local", realizado em Belém (PA) pela Prefeitura Municipal de Belém, Secretaria Municipal de Educação/FunBosque/Ecomuseu da Amazônia, Abremc/NOPH.

ros, resilientes e sustentáveis"). ODS 13 ("Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos". E ODS 15 ("Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade").

Para iniciar os plantios foi necessário, primeiramente, conseguir a autorização da prefeitura, pois tratava-se de cultivar uma agrofloresta num local destinado, exclusivamente, ao plantio de árvores. Depois disso, foi necessário limpar o terreno. Embora fosse uma área verde localizada às margens do córrego Alambari, um corpo d'água importante no contexto da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, esse espaço encontrava-se, em meados de 2015, coberto de resíduos sólidos. Ali era uma área do bairro tradicionalmente utilizada para o descarte de entulhos, especialmente da construção civil, mas também de obras de infraestrutura, como resíduos de asfalto. Com o empenho da comunidade em acionar o serviço de 156 da prefeitura local[14], foi feita a retirada de cerca de 10 caminhões de lixo da área, deixando cerca de 0,05 ha relativamente limpo para o início dos plantios.

Figuras 3 e 4 – Fotografias tiradas em 2015 mostrando a grande quantidade de resíduos descartados na APP do córrego Alambari, em Campos de São José.



14 O 156 é uma central de atendimento ao cidadão que conecta prefeituras municipais e população. Os munícipes acessam a central para solicitar reparos, fazer reclamações e tirar dúvidas sobre serviços públicos. O serviço é acessado por meio do telefone 156, portais online, aplicativos e, em algumas cidades, até por *whatsapp*, sendo uma ferramenta essencial para a gestão da cidade e para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos moradores.

Limpeza do terreno, preparação do solo, abertura de berços, cercamento do terreno, plantio de árvores e cultivo de gêneros alimentícios foram atividades realizadas pela comunidade, tendo a equipe técnica do Ecomuseu como fomentadora e articuladora da atividade. Depois de iniciados os plantios, muitas discussões foram realizadas para que as ações continuassem: a captação de água da chuva, a venda de latinhas de alumínio para arrecadação de fundos, a divisão da produção, a instalação de placas comunicativas, a manutenção de cercas e dos aceiros, a capina, a roçada, a abertura de novos berços, o combate ao fogo e o controle do consumo da água. Foram tomadas medidas sobre a questão do gado, o despejo de entulho e formas de evitar os furtos de produção e de ferramentas. Contando momentos de dificuldades e outros de soluções encontradas, chegamos em 2024 a 1.820 árvores plantadas (Tabela 1), com previsão de expansão para mais 10 mil até 2028. As árvores já plantadas dentro do escopo de trabalho do Ecomuseu, segundo cálculos apresentados pelo engenheiro ambiental Marcelo Cunha, removeram cerca de 17 t/m^3 de CO2 equivalente da atmosfera (Tabela 2). Os plantios foram feitos por etapas e contaram sempre com a participação de moradores e de estudantes locais, principalmente os alunos da Fundhas[15], bem como de outros parceiros, como escoteiros, estudantes universitários, voluntários de outros bairros e membros de instituições como o Lions Club e Rotary Club.

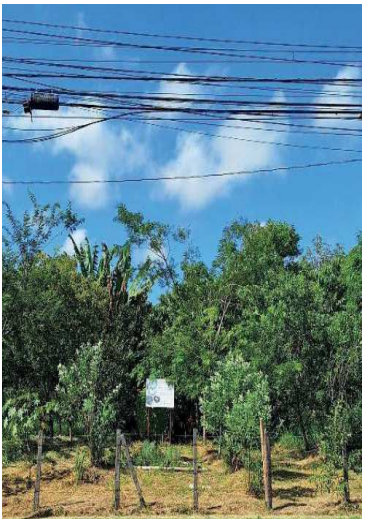
Figuras 5 e 6 – Fotografias tiradas em 2015 e 2024, respectivamente, mostram o mesmo local na APP do Alambari, no Parque Alambari, localizado no bairro Campos de São José, em São José dos Campos (SP).



15 A Fundação Hélio Augusto de Souza (Fundhas) é uma instituição socioeducacional municipal criada em 1987. A instituição oferece gratuitamente alimentação, transporte e formação profissional para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, com atividades em contraturno escolar, como: reforço escolar, música, dança, teatro, artes, tecnologia, meio ambiente, esporte e lazer, além de cursos de qualificação profissional através do Cephas.

Figuras 7 e 8– Fotografias tiradas em 2019 e 2024, respectivamente, mostram o mesmo local na APP do Alambari, no Parque Alambari, no bairro Campos de São José, em São José dos Campos (SP).





Figuras 9 e 10 – Imagens aéreas registradas em 2015 e 2025, respectivamente, mostram o desenvolvimento da Florestinha, no bairro Campos de São José, em São José dos Campos (SP).





Figura 11 - À esquerda, mapa de localização da área da Florestinha no contexto municipal, estadual e nacional. À direita, imagem em detalhe da Florestinha.

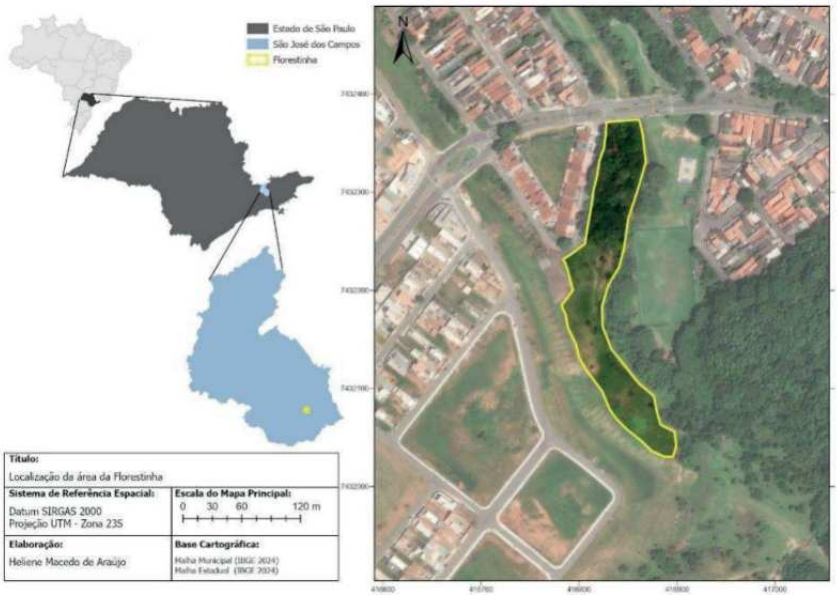


Tabela 1 – Quantidade de árvores plantadas na Florestinha desde 2015

Plantio de árvores na Florestinha - APP Alambari - CSJ				
2015-2017	2018-2020	2021-2023	2024-2028	Total
240	200	1.048	332	1.820

Fonte: Ecomuseu/CECP

Tabela 2 – Remoção de CO2-eq da atmosfera realizada pelas árvores plantadas na Florestinha

Planilha de remoção de CO2 em kg – Florestinha - APP Alambari - CSJ				
Período de plantio	Plantios	Estoque CO2 (2015-2023)	CO2 absorvido (2024)	CO2 total
Plantios entre 2015-2021	440	7042,2	633,6	7675,8
Dezembro 2021 - Março 2022	521	4897,24	750,24	5647,48
Abril - Julho 2022	15	118,8	21,6	140,4
Agosto - Novembro 2022	445	2801,9	640,8	3442,7
Dezembro 2022 - Março 2023	44	221,5	56,6	278,1
Abril - Julho 2023	23	48,32	18,72	67,04
Agosto 2024	8	-	0,96	0,96
Setembro 2024	302	-	326,16	326,16
Dezembro 2024	22	-	1,224	1,224
Total	**1.820**	**15.129,96**	**2.449,904**	**17.579,86**

Fonte: Ecomuseu/CECP

Nos meses finais de 2016, depois de uma visita ao pátio de compostagem da Secretaria do Meio Ambiente, localizado no Parque da Cidade, Vicente Corrá e Élio dos Santos iniciaram o manejo de uma composteira. Esta, porém, não funcionou muito bem, sendo abandonada no meio do processo. Somente em 2019, com a contratação de um técnico em agroecologia, o engenheiro ambiental Marcelo Cunha, os membros da comunidade que estavam mais ativos na gestão da Florestinha, especialmente Sérgio Sena, Eliana Sena e Josefa Vieira, retomaram a prática da compostagem, dessa vez sob

um ponto de vista experimental, fazendo anotações e verificando as dificuldades no manejo das leiras para buscar soluções adequadas.

Atualmente, depois de ações de educação ambiental e sensibilização para a questão da separação dos resíduos produzidos nas residências, cerca de 17 famílias da região da Florestinha separam seus resíduos orgânicos e levam até o ponto de entrega. As tutoras da compostagem, Eliana Sena, Josefa Vieira e, mais recentemente (2024), Magna Rilene, realizam semanalmente o processo de compostagem, pesando os resíduos, despejando-os na leira, lavando os baldinhos e devolvendo-os às famílias participantes.

Figuras 12 e 13: Momentos de compostagem comunitária no espaço da Florestinha.





Desde 2019, momento em que se iniciou a pesagem do material, até dezembro de 2024, a comunidade da Florestinha retirou do aterro sanitário de São José dos Campos quase 7 toneladas de resíduos orgânicos secos e úmidos, além de evitar o envio de 4 toneladas de CO2 equivalente para a atmosfera terrestre, contribuindo para a redução dos gases de efeito estufa e para a preservação do meio ambiente (tabela 3).

Tabela 3 – Quantidade de resíduos orgânicos compostados na Florestinha

Compostagem na Florestinha - APP Alambari - CSJ		
	Quantidade de matéria seca e úmida compostada em kg	Total CO2 evitado (Kg/m3)
2015-2017	-	-
2018-2020	828,7	331,5
2021-2023	4297,16	2981,01
2024-2028	1708,03	1257,22
Total	**6.833,89**	**4.569,73**

Fonte: Ecomuseu/CECP

Importante registrar que o Ecomuseu ampliou também sua equipe técnica na área agroecológica, podendo, atualmente, apoiar os agricultores em suas demandas práticas e, além disso, agir na manutenção da área de plantio, pois, com a ampliação da área, os comunitários não têm condições de assumir toda a manutenção requerida. Dentro da programação ecomuseológica, ainda constam dias de campo e mutirões para manutenção de cercas, plantios e roçadas.

A experiência de plantio comunitário se mostrou importante em vários fatores, desde a recuperação do solo, aumento da biodiversidade local, remoção e não emissão de CO2 na atmosfera, retirada de resíduos sólidos do aterro sanitário e mobilização comunitária. Em nove anos, houve um rápido crescimento das árvores e na produção de alimentos. Pessoas envolvidas tiveram ganhos no convívio social e exercício de cidadania. Hoje, muitas pessoas do Campos de São José atuam com responsabilidade sobre o bem público, cooperando e cuidando de uma Florestinha que é um patrimônio de todos os cidadãos joseenses. A atuação fomentada pelo Ecomuseu, especialmente a atividade relatada neste artigo, ajuda a tornar São José dos Campos uma cidade mais inclusiva, segura, resiliente e sustentável, contribuindo assim, para o alcance das metas relativas, principalmente, ao ODS 11.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ecomuseu CSJ parte, portanto, da premissa de que o patrimônio comunitário é o húmus do desenvolvimento local: identificar os patrimônios locais, fomentar os

encontros e as trocas de ideias sobre tais patrimônios, inventariar de maneira participativa os problemas e as oportunidades relacionados a eles, articular parceiros para promover ações de conservação. Esta construção coletiva envolve a mediação em diferentes níveis da realidade vivida, a multidimensionalidade a qual Edgar Morin (*apud* Moraes, 2019, p. 107) se refere ao conceituar um dos operadores lógicos da Teoria da Complexidade: a realidade é multidimensional, envolvendo dimensões físicas, biológicas, sociais, culturais e espirituais. Segundo sua proposta, estas dimensões da realidade, que são no mundo contemporâneo objetivadas pelas epistemes das ciências modernas, precisam reconhecer, integrar de forma propositiva os saberes diversos e plurais que interagem na construção da realidade.

Nesse sentido, tem correspondência com o propósito do CECP a interpretação e apropriação que a professora Maria Cândida Moraes realiza dos estudos de Edgar Morin e de Boaventura de Sousa Santos no sentido de construção de uma proposta de ecologia dos saberes:

> [...] a ecologia de saberes refere-se à existência de conhecimentos plurais, à importância do diálogo entre saber científico e humanístico, entre saber acadêmico e o saber popular proveniente de outras culturas e a necessidade de se confrontar o conhecimento científico com outros tipos de conhecimentos da humanidade. Mas, para tanto, necessitamos de um pensamento complexo e ecologizante, capaz de religar estes diferentes saberes, bem como as diferentes dimensões da vida (Moraes, 2008, p. 20).

Essa teoria corresponde ao que encontramos ao analisar o processo de constituição da Florestinha. Descrevemos até aqui que instrumentos de mobilização social, como as pesquisas de campo e as rodas de conversa, revelaram uma pluralidade de temas relativos à gestão da Florestinha, como a questão da água, a divisão dos espaços, tipos de plantios, maneiras de cuidar, a divisão da produção, o relacionamento com a prefeitura municipal, o manejo das composteiras, os conflitos entre vizinhos, entre outros.

Como foram resolvidas tais questões, como foram encaminhadas dentro da perspectiva ecomuseológica, que compreende os participantes do museu como sujeitos históricos, atores sociais, não como público? A resposta está no trabalho de mediação dos agentes do desenvolvimento e, principalmente, na construção da percepção dos moradores envolvidos de que os objetivos são comuns e que eles estão sendo construídos por todos que participam do projeto.

Um cenário de busca pela convergência, de confluência possível, com altos e baixos, propício para uma proposta de arranjo dos saberes fundada na noção de complexidade da realidade, do ser humano, do pensamento e da epistemologia da complexidade, já que essa "nos oferece algumas ferramentas intelectuais necessárias para aprender a pensar de forma complexa, apreender a compreender o complexo, ou seja, "o que está tecido junto [...]" (Moraes, 2019, p. 107).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade:* a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MORAES, Maria Cândida. *Ecologia dos saberes*: complexidade, transdisciplinaridade e educação - novos fundamentos para iluminar novas práticas educacionais. São Paulo: Antakarana/WHH - Willis Harman House, 2008.

MORAES, Maria Cândida. *Saberes para uma cidadania planetária*: homenagem a Edgar Morin. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

PETROBRAS. *Sustentabilidade:* seleções públicas. Disponível em: https://petrobras.com.br/sustentabilidade/selecoes-publicas. Acesso em: 17 set. 2025.

PRIOSTI, Odalice Miranda e PRIOSTI, Walter. *Ecomuseu, memória e comunidade:* museologia da libertação e piracema cultural no Ecomuseu de Santa Cruz. Rio de Janeiro: Camelo Comunicação, 2013.

PRIOSTI, Odalice Miranda e PRIOSTI, Walter. *Santa Cruz:* raízes de um ecomuseu. Rio de Janeiro: O. Miranda Priosti, 2015.

RODA DE CONVERSA. "Ata da reunião". Campos de São José, 30/06/2015. Disponível em: Arquivo do Ecomuseu/CECP. Acesso em: 27 dez. 2024. (Documento não disponível online, necessita de autorização para consulta).

RODA DE CONVERSA. "Ata da reunião". Campos de São José, 07/07/2015. Disponível em: Arquivo do Ecomuseu/CECP. Acesso em: 10 nov. 2024. (Documento não disponível online, necessita de autorização para consulta).

RODA DE CONVERSA. “Ata da reunião”. Campos de São José, 21/07/2015. Disponível em: Arquivo do Ecomuseu/CECP. Acesso em: 27 dez. 2024. (Documento não disponível online, necessita de autorização para consulta).

RODA DE CONVERSA. “Ata da reunião”. Campos de São José, 16/08/2015. Disponível em: Arquivo do Ecomuseu/CECP. Acesso em: 29 dez. 2024. (Documento não disponível online, necessita de autorização para consulta).

RODA DE CONVERSA. “Ata da reunião”. Vista Verde, 05/02/2024. Disponível em: Arquivo do Ecomuseu/CECP. Acesso em: 21 dez. 2024. (Documento não disponível online, necessita de autorização para consulta).

RODA DE CONVERSA. “Ata da reunião”. Campos de São José, 03/06/2024. Disponível em: Arquivo do Ecomuseu/CECP. Acesso em: 27 dez. 2024. (Documento não disponível online, necessita de autorização para consulta).

RODA DE CONVERSA. “Ata da reunião”. Campos de São José, 10/06/2024. Disponível em: Arquivo do Ecomuseu/CECP. Acesso em: 27 dez. 2024. (Documento não disponível online, necessita de autorização para consulta).

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro:* o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.